

Alcolumbre é contra impeachment de Moraes

Pedido obteve o apoio de 41 senadores para tramitar

Por Karoline Cavalcante

Mesmo diante da pressão crescente da oposição, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reafirmou a sua posição contrária à votação do pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ao Correio da Manhã, interlocutores do parlamentar revelaram que o senador apon- tou não se tratar de uma questão numérica, mas sim “de uma ava- liação jurídica”, cuja prerrogati- va da decisão é dele, enquanto chefe da Casa Alta.

Em um gesto de respeito às reivindicações, Alcolumbre disse que qualquer “pedido será avaliado com responsabilidade”. A declaração foi feita durante encontro de lideranças realiza- do na residência oficial da presidência do Senado, na última quarta-feira (6). Na ocasião, se comprometeu a dar prossegui- mento à pauta da anistia pelos atos de 8 de janeiro de 2023, mas afirmou que ela deve ter início na Câmara dos Deputa- dos. Além disso, destacou que o fim do foro privilegiado já foi votado no Senado. As expecta- tivas eram que uma nova reu- nião de líderes fosse realizada nesta quinta-feira (7). Contu- do, diante das tensões, foi adia- da para a próxima semana.

Lula debate tarifaço com primeiro-ministro da Índia

Por Karoline Cavalcante

Em meio ao aumento das ten- sões comerciais com os Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone, nesta quinta-feira (7), com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. A li- gação, que durou cerca de uma hora, teve como foco principal as recentes medidas proteconis- tas adotadas por Washington, além da discussão sobre formas de aprofundar a cooperação bi- lateral. O contato entre os líde- res ocorreu um dia após os EUA elevarem oficialmente para 50% as tarifas sobre produtos brasi- leiros — movimento similar ao aplicado à Índia, penalizada com a mesma alíquota por manter a importação de petróleo russo.

Durante a conversa, Lula e Modi destacaram a importân- cia do multilateralismo frente às ações unilaterais de países desen- volvidos. “Discutiram o cenário econômico internacional e a im- posição de tarifas unilaterais. Bra- sil e Índia são, até o momento, os dois países mais afetados. Ambos reafirmaram a importância em defender o multilateralismo e a necessidade de fazer frente aos de- safios da conjuntura, além de ex- plorar possibilidades de maior in- tegração entre os dois países”, disse o Palácio do Planalto, em nota.

Além de alinharem posi- ções, os dois chefes de Estado confirmaram que o presidente brasileiro fará uma visita oficial à Índia no início de 2026. Antes disso, em outubro deste ano, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) — que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços —, liderará uma missão oficial a Nova Délhi, acompanhado de empresários e ministros. A comi- tiva tratará de temas estratégicos como energia, defesa, saúde, in- clusão digital, minerais críticos e comércio.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Impeachment de Moraes obteve 41 assinaturas de apoio no Senado

Assinaturas

Nesta quinta-feira (7), se- nadores da oposição anuncia- ram ter reunido 41 assinaturas — número mínimo necessário para que o processo de impea- chment seja admitido, caso o presidente da Casa decida encaminhá-lo. A coleta foi im- pulsionada por protestos que tomaram o plenário do Senado e da Câmara desde o início da semana, motivados pela decisão de Moraes que decretou prisão domiciliar ao ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL).

A mobilização dos parla- mentares de direita incluiu obstrução das sessões e mani- festações simbólicas, como a do senador Magno Malta (PL- ES), que chegou a se acorren- tar à mesa do plenário. Mesmo assim, Alcolumbre se manteve firme e orientou que qualquer resistência fosse contida, inclu- sive com a presença da Polícia Legislativa, se necessário.

Em publicação na rede social X (antigo Twitter),

o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), anunciou que o senador Laércio Olivei- ra (PP-PE) foi o responsável pela assinatura que alcançou a maioria mínima. “Em fren- te, a tirania cairá”, declarou Ferreira.

Impeachment

Apesar de a Constituição Federal prever que o Senado pode processar e julgar mi- nistros do STF por crimes de responsabilidade, a decisão de iniciar esse trâmite depende unicamente do presidente da Casa. A legislação aplicável é a Lei nº 1.079/1950, que define os crimes passíveis de impeach- ment, como atuação político- partidária, descumprimento de deveres do cargo e conduta incompatível com a honra e o decoro.

O processo começa com o protocolo da denúncia, que é analisada pela Advocacia do Se- nado. Em seguida, a proposta passa pela Comissão Diretora antes de chegar ao plenário. Se for aprovada por maioria sim- ples (41 votos), uma comissão especial é instaurada para con- duzir o julgamento. A perda do cargo só ocorre com o apoio de dois terços dos senadores (54 votos). Até hoje, nenhum mi- nistro do Supremo foi afastado por impeachment.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução Instagram Carlos Bolsonaro



Mudança é para tirar o processo do STF

Fim do foro privilegiado é para tentar salvar Bolsonaro

A pressa da oposição em acabar com o foro espe- cial está relacionada com a tentativa de invalidar o processo contra Jair Bol- sonaro e outros acusados de tramar um golpe de Estado. O caso deles foi para o Su- premo Tribunal Federal pela presença, entre os investigados, de um de- putado federal, Alexandre Ramagem (PL-RJ). Caso seja aprovada, a PEC (pro-

posta de emenda cons- titucional) 333, fará com que processos contra par- lamentares passem para a primeira instância. Em 2018, ao mudar a in- terpretação da prerroga- tiva de foro, o STF gerou um “elevador processual”, muitos casos mudaram de instância. Só ficaram em tribunais superiores crimes de políticos come- tidos durante seus man- datos e em função deles.

Mudança

A confusão foi tanta que, no ano passado, o próprio STF mudou sua decisão, decidiu voltar a examinar casos de políticos mes- mo depois do fim de seus mandatos. Isso, até mes- mo se o investigado tives- se deixado o cargo antes do início da ação penal contra ele.

Sem recurso

Apresentada em 2017 pelo então senador Álva- ro Dias, a PEC interessa a muitos políticos pendu- rados no STF. Antes visto como garantia de impuni- dade, o foro especial pas- sou a ser temido: a Justiça ficou mais dura e não há possibilidade de recorrer de decisões do Supremo.

Reprodução



Para Lenio Streck, casos têm que ficar no Supremo

Jurista: retirada de processos seria golpe institucional

O criminalista e professor de direito constitucional Lenio Streck diz que a reti- rada do STF dos processos relacionados à tentativa de quebra da democracia seria um “golpe institucio- nal”. Uma medida que, para ele, geraria uma crise po- lítica “de dimensão incal- culável”. De acordo com o jurista, essa mudança

de instância não pode- ria ocorrer mesmo com a eventual aprovação da PEC 333 fora aprovada. Ele coloca na mesma perspectiva a possibilida- de de o Senado decidir pelo impeachment de um ministro do STF. Segundo Streck, profes- sor da Unisinos, isso aca- baria com a democracia brasileira.

Hugo fraco

A participação decisiva de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câma- ra, no fim do motim de deputados enfraqueceu a situação de seu suces- sor, Hugo Motta (Repu- blicanos-PB). A avaliação generalizada é de que ele ficou a reboque dos fatos e não soube se impor.

Poderes

A questão é saber se ele vai sucumbir à pressão do PL que alega ter feito acordos com o PP e com o União Brasil para forçar a inclusão na pauta da anistia e da PEC 333. Ao Metrôpoles, ele disse que respeitará a maioria, mas o regimento dá ao presi- dente o controle da pauta.

Dúvida

Ontem, ao portal Metrô- poles, ele sequer garantiu que cumprirá a ameaça de punir parlamentares que impediram os traba- lhos na Câmara. Alguns resistiram a deixar luga- res na mesa diretora que ocupavam indevidamen- te mesmo diante da pre- sença de Motta.

Troco

Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), Motta fez um pronunciamento fraco e estava intimidado pela presença de “golpis- tas que o cercavam”. “Se pautar a anistia e o fim do foro mostrará que, na Câmara, o que vale é a pressão e a força. E, aí, da- remos o troco”, adianta.